



## Resposta para MRV Engenharia

No Brasil, em 2013, pela primeira vez o número de libertações de trabalho escravo urbano foi maior que o de trabalho escravo rural e a construção civil teve papel decisivo nesta mudança de cenário<sup>1</sup>.

Audidores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT), representantes da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e outras autoridades ouvidas pela nossa equipe apontam que tais violações estão relacionadas com infrações trabalhistas que se tornaram corriqueiras no país, como o aumento de terceirizações irregulares, a falta de condições mínimas em alojamentos e a não observância da Instrução Normativa 90/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego<sup>2</sup>, que regulamenta as condições para recrutamento e transporte de trabalhadores para localidades diversas da sua origem.

Em quatro fiscalizações diferentes, sendo três delas em 2011 e uma em 2013, a MRV Engenharia foi considerada responsável pelo flagrante de exploração de trabalho escravo em obras do programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida. As fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego aconteceram nos municípios de Americana (SP), Bauru (SP), Contagem (MG) e Curitiba (PR) e resultaram na libertação de 85 pessoas<sup>3</sup>. Todos os flagrantes aconteceram em obras financiadas com recursos públicos.

Entre as irregularidades encontradas pelas diferentes equipes de fiscalização nas obras estão o uso irregular de terceirizações, o aliciamento de migrantes de outros municípios e a submissão de grupos a condições degradantes nos alojamentos, com trabalhadores tendo que viver em locais sem higiene mínima e até sem alimentação. Cabe destacar que a MRV foi condenada pela Justiça do Trabalho pagar R\$ 6,7 milhões<sup>4</sup> por infrações registradas no flagrante de escravidão resultou no resgate de 63 trabalhadores em condições análogas às de escravo nas obras de um condomínio residencial em Americana, interior de São Paulo, caso com maior número de libertados envolvendo a empresa até agora.

O fato de violações sistemáticas estarem acontecendo nas obras da MRV levou o Ministério Público do Trabalho a abrir representação apontando “dumping social”<sup>5</sup> e solicitando para a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) abertura de procedimento administrativo para apuração de infrações que envolvem a empresa no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Na época, o procurador Rafael de Araújo Gomes, responsável pela ação, apontou que a conduta da empresa caracteriza-se pela “prática de infração da ordem econômica através da supressão maciça, em larga escala, de direitos trabalhistas, com a consequente obtenção de expressiva redução do custo do trabalho e, portanto, de vantagem arbitrária sobre a concorrência”<sup>6</sup>.

Isso tem que parar.

---

<sup>1</sup> <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/escravidao-urbana-passa-a-rural-pela-primeira-vez/>

<sup>2</sup> Instrução Normativa 90/2011 do MTE:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FB1E516DD0D20/IN%2090-%2029%2004%202011%20-%20Recrutamento%20de%20trabalhadores.pdf>

<sup>3</sup> <http://reporterbrasil.org.br/2013/11/mpf-da-parecer-contrario-e-mrv-pode-voltar-para-a-lista-suja-do-trabalho-escravo/>

<sup>4</sup> <http://reporterbrasil.org.br/2013/08/mrv-e-condenada-a-pagar-r-67-milhoes-por-infracoes-trabalhistas-e-escravidao/>

<sup>5</sup> <http://reporterbrasil.org.br/2012/04/graves-violacoes-trabalhistas-embasam-representacao-inedita-contr-a-mrv/>

<sup>6</sup> Procurador Rafael de Araújo Gomes: <http://reporterbrasil.org.br/2013/11/mpf-da-parecer-contrario-e-mrv-pode-voltar-para-a-lista-suja-do-trabalho-escravo/>

Como forma de prevenir novos casos de escravidão e garantir condições mínimas de dignidade, segurança e vida para os trabalhadores, pedimos que a MRV assuma os seguintes compromissos:

1. **Assine o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo**, acordo que reúne empresas comprometidas com o fim da escravidão;
2. **Respeite a Instrução Normativa 90 do Ministério do Trabalho e Emprego**, que regulamenta as condições para recrutamento e transporte de trabalhadores para localidades diversas da sua origem;
3. **Garanta condições dignas de alojamento e trabalho;**
4. **Pare de utilizar interpostos e assuma responsabilidade pelas condições de trabalho nas obras que executa, deixando de fazer terceirizações irregulares com uso de trabalho escravo.**

Como signatários do “Compromisso Nacional pelo Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, é surpreendente e decepcionante que a MRV Engenharia, a principal construtora de habitações populares do programa Minha Casa Minha Vida, esteja envolvida em casos de escravidão.

A MRV afirma que: “tem orgulho de realizar um trabalho totalmente alicerçado na ética, na transparência e no respeito”<sup>7</sup>. Com base nesta declaração, pedimos que a MRV Engenharia assuma os quatro compromissos para garantir que todas as suas obras sejam livre da escravidão, e que casos como da Minha Casa Minha Vida nunca mais venham a se repetir.

---

<sup>7</sup> <http://business-humanrights.org/pt/brasil-campanha-da-ong-walk-free-contratado-an%C3%A1logo-a-escravo-em-construtoras-inclui-respostas-das-empresas#c104430>